

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2013

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL DE
PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório & contas aprovado em AG a 31 de
Março de 2014

Documento escrito ao abrigo do novo
acordo ortográfico.

www.victoria-seguros.pt

01 RELATÓRIO

05 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

10 BALANÇO
16 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
20 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTERGAL
21 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXAS
23 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
25 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

113 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
114 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

04 ANEXOS

116 ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS RAMO VIDA
118 ANEXO II - RENTABILIDADES BRUTAS DE PRODUTOS
FINANCEIROS RAMO VIDA

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Maria Mateus
Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230))
Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

01 RELATÓRIO

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO &
CONTAS
2013

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2013.

01.1 Atividade da Empresa

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

01.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 38.406.287 (2012: EUR 34.820.508) evidenciando um aumento de 10,3% (2012: decréscimo de 4,7%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra

de 22,6% (2012: quebra de 43,9%) situando-se em EUR 1.799.929 (2012: EUR 2.326.328).

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 40.206.213 (2012: EUR 37.146.836) registando-se assim um aumento de 8,2% (2012: - 0,7%).

01.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 36.849.268 (2012: EUR 36.318.474), evidenciando um aumento de 1,5% (2012: aumento de 4,1%), tendo-se registado um decréscimo de vencimentos de 9,0 % (2012: -2,2 %) e de capitais por morte e invalidez de 16,2% (2012: 0,7%). Os resgates tiveram um aumento de 19,5% (2012: aumento de 14,7%).

01.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, a Mapfre Re e a RGA Re em Madrid e a Hannover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

01.5 Custos de exploração líquidos

Os custos de exploração líquidos situaram-se em EUR 8.719.170 (2012: EUR 9.273.944).

01.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2013, um montante de EUR 258.169.664 (2012: EUR 274.703.525). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 8.084.513 (2012: EUR 7.929.723) e a reserva de reavaliação situava-se no final do ano em EUR 7.616.839 (2012: EUR 9.337.056).

01.7 Fundos de Pensões

O volume de ativos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2013 um montante de EUR 25.265.078 (2012: EUR 30.383.037).

01.8 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,31 (2012: 2,27).

01.9 Governo da Sociedade

Os membros do órgão de administração, uma vez que integram outros órgãos de gestão de sociedades do grupo SMABTP, não são remunerados pela sociedade. No que se refere ao órgão de fiscalização, a remuneração dos membros do Conselho fiscal consiste numa quantia fixa determinada em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa. Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

		2013
Conselho Fiscal		EUR 6.000
Presidente	João Lara	-
Vogal	Santiago Gil de Biedma	EUR 3.000
Vogal	António Vilar	EUR 3.000

1.10 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

1.11

Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMABTP. Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1.12

Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 32.356 (2012: EUR 485.332). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 296.111 (2012: EUR 114.226). Propomos que após a dotação de EUR 29.611 à reserva legal, o remanescente de EUR 266.500 seja levado a resultados transitados.

1.13

Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da atividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1.14

Previsões para 2013

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2014 atingiu EUR 3.190.989 (2013: EUR 3.965.245).

No Ano 2014, e continuando com a consolidação das bases lançadas em 2012, perspetiva-se o regresso aos resultados positivos, atingindo os níveis adequados de solvência.

Posicionamento da VICTORIA

Prosseguimos com a firme vontade de desenvolver, mais profundamente, os conceitos estratégicos que marcaram os últimos dois anos da nossa Empresa, isto é, uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, uma oferta diferenciada de produto, um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

Iremos fortalecer a filosofia de produtos com estrutura modular e multi-ramo, a aposta na distribuição especializada, a cooperação com a Império Assurances e a exploração, junto dos parceiros preferenciais, de formas alternativas de retenção e crescimento rentáveis.

Continuaremos atentos à evolução do mercado e a procurar trazer inovação a e para segmentos específicos do mesmo, consolidando o nosso saber-fazer nalgumas áreas de referência.

Modelo de Gestão

Vamos durante o ano implementar as novas estruturas regionais de marketing e empresas – derivadas do modelo de distribuição adotado em 2013 – e explorar outras formas de venda. Igualmente, vamos dar os passos para pôr a funcionar o novo processo de cotações, com o propósito de elevar a eficiência na gestão do negócio. Continuaremos a investir no desenvolvimento dos portais VICTORIA, na melhoria da qualidade de dados e na otimização de processos. Finalmente, iremos desenvolver e implementar as ferramentas inerentes ao ORSA e ao projeto de Solvência II.

Cultura organizacional

O grande desafio de 2014 será implementar uma cultura transversal de gestão de projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados, no intuito de avançarmos como uma organização mais eficiente.

A formação continua a ser um eixo estratégico de desenvolvimento da Empresa, pelo que iremos reforçar as ações tendentes à potenciação das capacidades dos nossos recursos. Da mesma forma, queremos fortalecer a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

Por outro lado, e pelo terceiro ano consecutivo, mantemos como lema da organização:

Todos vendemos na VICTORIA

Mais uma vez, precisamos de que todos os que fazem parte do Grupo VICTORIA aprofundem os valores de rigor, honestidade, clareza, proximidade e humildade que nos trouxeram até hoje. Trabalhando juntos teremos a motivação e o vigor para levarmos em frente este grande desafio.

1.15 Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração. Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA pelo seu empenhamento, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 17 de março de 2014

O Conselho de Administração

02

**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2013**

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	EXERCICIO		EXERCÍCIO ANTERIOR
			IMPARIDADE, DEPRECIACOES / AMORTIZACOES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.588.117	-	5.588.117	7.506.397
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
3	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	43.584.345		43.584.345	55.140.800
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	15.512.507		15.512.507	5.842.977
	Títulos de dívida	28.071.838		28.071.838	49.297.823
	Outros				
	Derivados de cobertura				
4	Ativos disponíveis para venda	186.566.337	490.629	186.075.708	190.897.424
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	16.375.726	490.629	15.885.097	7.787.640
	Títulos de dívida	170.190.611		170.190.611	183.109.784
	Outros				
	Empréstimos e contas a receber	1.583.353		1.583.353	1.739.643
	Depósitos junto de empresas cedentes				
5	Outros depósitos	933.368		933.368	933.321
5	Empréstimos concedidos	649.985		649.985	806.322

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR
			IMPARIDADE, DEPRECIACÕES/AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	
	Contas a receber				
	Outros				
	Investimentos a deter até à maturidade				
	Terrenos e edifícios	26.926.258	31.572	26.894.686	26.910.472
2	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.752.350	31.572	1.720.778	1.736.564
2	Terrenos e edifícios de rendimento	25.173.908		25.173.908	25.173.908
7	Outros ativos tangíveis	4.633.795	4.210.286	423.509	379.155
7	Inventários	44.031		44.031	45.571
	Goodwill				
8	Outros ativos intangíveis	5.502.143	4.929.285	572.858	408.688
	Provisões técnicas de resseguro cedido	100.000	-	100.000	3.977
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
12	Provisão para sinistros	100.000		100.000	3.977
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
10	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	857.803		857.803	884.417

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	VALOR BRUTO	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO ANTERIOR
			IMPARIDADE, DEPRECIACÕES/AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LIQUIDO	
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	4.662.032	447.624	4.214.408	4.505.614
9	Contas a receber por operações de seguro direto	1.886.669	226.049	1.660.620	1.612.734
9	Contas a receber por outras operações de resseguro	604.387		604.387	279.085
9	Contas a receber por outras operações	2.170.976	221.575	1.949.401	2.613.795
	Ativos por impostos	917.068	-	917.068	17.953
	Ativos por impostos correntes	330.421		330.421	-
11	Ativos por impostos diferidos	586.647		586.647	17.953
15	Acréscimos e diferimentos	27.618		27.618	-
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	280.992.900	10.109.396	270.883.504	288.440.111

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	189.714.894	196.237.178
12	Provisão para prémios não adquiridos	905.163	794.468
12	Provisão matemática do ramo vida	172.138.019	177.214.981
12	Provisão para sinistros	7.094.431	7.571.636
12	De vida	7.094.431	7.571.636
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
12	Provisão para participação nos resultados	6.616.556	8.166.961
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	1.305.978	1.941.420
	Provisão para participação nos resultados atribuída	5.310.578	6.225.541
12	Provisão para compromissos de taxa	2.960.725	2.489.132
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
13	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	45.701.461	55.924.406
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
10	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	110.481	137.777
	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.329.351	3.406.977
14	Contas a pagar por operações de seguro direto	2.961.627	2.899.485
14	Contas a pagar por outras operações de resseguro	384	73.312
14	Contas a pagar por outras operações	1.367.340	434.180
	Passivos por impostos	678.117	1.981.914
11	Passivos por impostos correntes	446.937	1.981.914
11	Passivos por impostos diferidos	231.180	-
15	Acréscimos e diferimentos	2.397.815	1.536.683
28	Outras Provisões	755.859	1.085.439
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	243.687.978	260.310.374
	CAPITAL PRÓPRIO		
16	Capital (Ações Próprias)	8.500.000	8.500.000
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	7.616.839	9.337.056
16	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	7.464.954	9.195.812
16	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	151.885	141.244
	Por revalorização de ativos intangíveis		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

BALANÇO EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(1.999.590)	(2.474.319)
17	Outras Reservas	10.573.755	10.547.166
	Resultados Transitados	2.208.411	2.105.608
	Resultado do exercício	296.111	114.226
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	27.195.526	28.129.737
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	270.883.504	288.440.111

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	EXERCÍCIO	
				TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	34.950.911		34.950.911	31.673.992
20	Prémios brutos emitidos	38.406.287		38.406.287	34.820.508
	Prémios de resseguro cedido	(3.331.041)		(3.331.041)	(3.236.812)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(124.335)		(124.335)	90.296
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
21	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	702.811		702.811	819.246
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.447.057)		(36.447.057)	(35.433.783)
	Montantes pagos	(37.020.285)		(37.020.285)	(34.969.180)
	Montantes brutos	(37.326.473)		(37.326.473)	(35.849.894)
	Parte dos resseguradores	306.188		306.188	880.714
	Provisão para sinistros (variação)	573.228		573.228	(464.603)
	Montantes brutos	477.205		477.205	(468.580)
	Parte dos resseguradores	96.023		96.023	3.977
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(471.592)		(471.592)	33.973
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.752.378		5.752.378	9.325.725
	Montantes brutos	5.752.378		5.752.378	9.325.725
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.077.899)		(1.077.899)	(1.512.232)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(8.719.170)		(8.719.170)	(9.273.944)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	EXERCÍCIO	
				TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Custos de aquisição	(3.404.400)		(3.404.400)	(2.822.627)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(481.004)		(481.004)	(692.770)
	Gastos administrativos	(6.031.726)		(6.031.726)	(6.483.162)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.197.960		1.197.960	724.615
	Rendimentos	7.172.747	6.144	7.178.891	8.436.659
22	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.929.526	6.144	6.935.670	7.892.729
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
22	Outros	243.221		243.221	543.930
	Gastos financeiros	(401.700)	(335)	(402.035)	(300.566)
23	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
23	Outros	(401.700)	(335)	(402.035)	(300.566)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	781.213	261.754	1.042.967	(126.156)
24	De ativos disponíveis para venda	781.213	261.754	1.042.967	(66.751)
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	EXERCÍCIO	
				TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros			-	(59.405)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.082.320)	-	(2.082.320)	(2.799.989)
25	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
25	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.082.320)		(2.082.320)	(2.799.989)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(170.143)	(37.318)	(207.461)	(399.630)
26	De ativos disponíveis para venda	(170.143)	(37.318)	(207.461)	(399.630)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
27	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(22.535)		(22.535)	112.250
28	Outras provisões (variação)		230.135	230.135	(133.055)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTA DE GANHOS E PERDAS	TÉCNICO VIDA	NÃO TÉCNICA	EXERCÍCIO	
				TOTAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
29	Outros rendimentos/gastos		70.672	70.672	19.880
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO	(32.356)	531.052	498.696	442.370
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(293.616)	(160.933)
11	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			91.031	(167.211)
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTO	(32.356)	531.052	296.111	114.226

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Resultado líquido do exercício	296.111	114.226
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Por via de valorizações/desvalorizações	(2.442.497)	10.439.613
Por via de alienações	86.838	1.243.713
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	(1.070.577)
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	635.442	(1.922.466)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	474.729	(2.302.924)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	15.166	(53.443)
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas atuariais	-	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(934.211)	6.448.142

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	(UNIDADE: EUROS)	
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
1. FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos:	174.461.107	265.954.899
Clientes (prémios recebidos)	34.772.041	33.801.506
Venda/amortização de ativos financeiros (Inv)	138.943.623	223.370.356
Juros e dividendos (Inv)	1.911	8.783.037
Recebimentos de taxas e impostos		
Regularização c/c Seguradoras	743.532	
Pagamentos:	(175.847.113)	(263.028.640)
Clientes (sinistros & estornos)	43.729.739	45.044.303
Comissões	850.070	767.583
Resseguradores	924.450	201.254
Outros prestadores	(1.405.297)	2.366.480
Fornecedores diversos	2.611.306	3.289.125
Pagamentos a colabores	2.096.585	2.244.479
Compra de ativos financeiros (Inv)	118.759.248	203.222.720
Pagamento de taxas e impostos	2.856.464	2.809.530
Despesas de Viagem	44.914	174.738
Fundo Fixo Caixa	9.634	8.428
Regularização c/c Seguradoras	(1.386.006)	2.900.000
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.386.006)	2.926.259
2. FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:	-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO04
ANEXOS**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS DE DEZEMBRO DE 2013 E 2011**

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	532.274	83.666
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	213.576	83.666
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	318.698	-
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	532.274	83.666
3. FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos:		
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	-	-
Doações	-	-
Pagamentos:		
Empréstimos Obtidos (Juros € reembolsos)	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	-	-
Dividendos	-	-
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
4 = (1 + 2 + 3) TOTAL FLUXO DE CAIXA	(853.732)	3.009.925
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	7.506.397	4.496.473
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	5.588.117	7.506.397

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			OUTRAS RESERVAS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Balço a 31 de Dezembro de 2011	8.500.000	(600.029)	1.246.802	(171.395)	2.204.255	2.500.000	5.853.894	1.723.474	424.594	21.681.595
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balço de abertura alterado	8.500.000	(600.029)	1.246.802	(171.395)	2.204.255	2.500.000	5.853.894	1.723.474	424.594	21.681.595
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		11.683.326								11.683.326
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(1.070.577)							(1.070.577)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		(1.887.485)	(34.981)							(1.922.466)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(2.302.924)						(2.302.924)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					42.460					42.460
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								382.134	(424.594)	(42.460)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							(53.443)			(53.443)
Total das variações do capital próprio	-	9.795.841	(1.105.558)	(2.302.924)	42.460	-	(53.443)	382.134	(424.594)	6.333.916
Resultado líquido do período									114.226	114.226
Distribuição antecipada de lucros										
Balço a 31 de Dezembro 2012	8.500.000	9.195.812	141.244	(2.474.319)	2.246.715	2.500.000	5.800.451	2.105.608	114.226	28.129.737

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31.12.2013 E 31.12.2012

(Cont.)

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS			RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
		POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO		RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS			
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanco de abertura alterado	8.500.000	9.195.812	141.244	(2.474.319)	2.246.715	2.500.000	5.800.451	2.105.608	114.226	28.129.737
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(2.355.659)								(2.355.659)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio										-
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		624.801	10.641							635.442
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				474.729						474.729
Aumento de reservas por aplicação de resultados					11.423					11.423
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								102.803	(114.226)	(11.423)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							15.166			15.166
Total das variações do capital próprio	-	(1.730.858)	10.641	474.729	11.423	-	15.166	102.803	(114.226)	(1.230.322)
Resultado líquido do período									296.111	296.111
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2013	8.500.000	7.464.954	151.885	(1.999.590)	2.258.138	2.500.000	5.815.617	2.208.411	296.111	27.195.526

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO

II. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

III. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IV. GESTÃO DE RISCOS

V. NOTAS AO BALANÇO

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 4 – Ativos disponíveis para venda
- NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 6 – Afetação dos Investimentos
- NOTA 7 – Outros ativos tangíveis e Inventários
- NOTA 8 – Outros ativos intangíveis
- NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 10 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

- NOTA 11 – Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 12 – Provisões Técnicas
- NOTA 13 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 16 – Capital Próprio
- NOTA 17 – Reserva Legal
- NOTA 18 – Transações entre partes relacionadas
- NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

VI. NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

- NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 23 – Gastos Financeiros
- NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 26 – Perdas de Imparidades
- NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 28 – Outras Provisões
- NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 30 – Gastos diversos por função
- NOTA 31 – Gastos com o pessoal

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

VII. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE
ENCERRAMENTO

VIII. JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS
FINANCEIROS

IX. ALTERAÇÕES DAS POLITICAS
CONTABILÍSTICAS

X. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No último trimestre deste ano, a companhia iniciou um processo de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, começando numa primeira fase ao nível da área comercial, com o encerramento de 9 delegações e transformação de algumas delegações em escritórios. O restante processo deverá estar concluído até ao fim do 1º trimestre de 2014.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o

desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, temos:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
RELATÓRIO POR SEGMENTOS	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES	CONTRATO SEGUROS	CONTRATO INVESTIMENTOS	GESTÃO DE FUNDOS DE PENSÕES
Prémios brutos emitidos	38.406.287			34.820.508		
Prémios de resseguro cedido	(3.331.041)			(3.236.812)		
Prémios brutos adquiridos	38.281.952			34.910.804		
Comissões cobradas de contratos	-	702.811	171.513	-	819.246	171.051
Resultados dos investimentos	7.382.117	(2.082.320)		7.540.093	(2.799.989)	
Custos com sinistros brutos	(36.849.268)			(36.318.474)	-	
Custos de exploração brutos	(9.186.793)	(478.224)	(252.113)	(8.584.393)	(534.877)	(879.289)
Resultado técnico	1.923.398	(1.639.036)	(316.718)	3.306.571	(1.992.506)	(828.734)
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	211.796.610	45.701.461		226.402.944	55.924.406	
Provisões técnicas	189.714.894	45.701.461		196.237.178	55.924.406	

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Em 2013 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2013. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações Financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 17 de Março de 2014.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, para-fiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e

01
RELATÓRIO

02
**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

03
**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

04
ANEXOS

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos

corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “pro-rata temporis” por cada contrato em vigor.

(iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

(iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

01
RELATÓRIO

02
**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

03
**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

04
ANEXOS

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

(vi) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vii) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os

métodos reconhecidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Ativos financeiros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

01
RELATÓRIO

02
**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA**

03
**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

04
ANEXOS

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis

para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por

parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

• Equipamento administrativo	12,5%
• Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
• Equipamento informático	25% e 33%
• Instalações interiores	10% a 16,66%

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Benefícios aos empregados

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço

em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**

- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não

haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos.

De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores.

Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis

desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

No âmbito da estratégica deve-se também realçar a importância dada pela organização ao Projeto Solvência II, nomeadamente numa gestão assente no conhecimento dos riscos, tendo durante o ano 2013 desenvolvido atividades que visam garantir colmatar possíveis gaps que possam existir, quer para responder à fase de transição (2014 -2015), como para a implementação total deste novo regime a partir de 2016.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores:

- Relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado;
- Análise dos resultados das campanhas efetuadas, a nível de mediação e clientes, pela Direção de Marketing e respetiva área Técnica, tendo em conta os objetivos expectáveis e os realizados.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. Estas normas têm em conta a experiência da VICTORIA Vida e estão de acordo com as indicações dos resseguradores. A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarificação efetuada em conjunto por

este e pela Direção Técnica.

Tarificação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Como uma periodicidade anual é apurado o valor atual dos lucros futuros, permitindo analisar a rentabilidade expectável da carteira, tendo em considerando as tarifas praticadas.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade

financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

	RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
Vida Individual		Surplus	100	1.200
Vida Grupo		Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)		Excess of Loss	300	8.100

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

	RAMO	PRÉMIOS 2013			PRÉMIOS 2012		
		SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO RESSEGURO
Vida Individual		28.196	330	27.866	24.359	270	24.089
Vida Grupo		10.210	3.001	7.210	10.461	2.967	7.494
Total		38.406	3.331	35.075	34.820	3.237	31.583

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

OBS.: ESTES VALORES NÃO INCLUEM CONTRATOS DE INVESTIMENTO CLASSIFICADOS DE ACORDO COM O NOVO PLANO DE CONTAS DAS EMPRESAS DE SEGUROS.

Riscos Biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

PRODUTOS	CARACTERÍSTICAS	RISCOS
Seguros de Risco	Benefício em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Benefício em caso de morte Benefício em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Benefício em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Benefício em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

PRODUTOS	PROVISÃO ADICIONAL 2013	PROVISÃO ADICIONAL 2012
Mistos Individual	245	823
Mistos Grupo	216	108
Financeiros	6.867	5.593
Total	7.328	6.524

(VALORES EM MILHARES DE EUROS)

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 4.367.873) e em provisão para compromisso de taxa (Euros 2.960.725). Relativamente ao ano anterior verificou-se um aumento de Euros 471.593 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou um aumento de Euros 333.122.

Este aumento resultou essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Vida e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia. As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Em 2013, foram também efetuadas análises de sensibilidade ao valor atual dos lucros futuros para a carteira vida, pressupondo choques aos riscos de mortalidade, longevidade, descontinuidade, despesas e rentabilidade. Como expectável, normalmente justificado pela estrutura das carteiras de vida, o risco a que a carteira é mais sensível é ao de rentabilidade.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

O quadro seguinte apresenta o impacto no valor atual dos lucros futuros, em relação à melhor estimativa apurada, tendo em conta as análises de sensibilidade efetuadas para as carteiras de 2013 e 2012:

CHOQUE		IMPACTO NO VALOR ATUAL DOS LUCROS FUTUROS	
		2013	2012
Mortalidade	Aumento permanente das taxas de mortalidade em 15%	- 4,73%	- 4,08%
Longevidade	Decréscimo permanente de 20% nas taxas de mortalidade	4,33 %	2,78%
Descontinuidade	Aumento permanente de 50% na estimativa de descontinuidade	- 25,89 %	- 35,98 %
Despesas	Aumento de 10% do valor das despesas + o aumento de 1% na taxa de inflação	- 18,36 %	- 23,24 %
Rentabilidade	Decréscimo permanente de 100 bp na estimativa de rentabilidades futuras	- 57,92 %	- 82,46 %
	Aumento permanente de 100 bp na estimativa de rentabilidades futuras	46,83 %	68,49 %

Em ambos os anos verifica-se um comportamento idêntico a nível de exposição aos choques efetuados, sendo o mais sensível o da rentabilidade. Algumas das diferenças entre os impactos relativamente à melhor estimativa do valor atual dos lucros futuros estão relacionadas com alteração/atualização de alguns pressupostos, como taxas de desconto, imputação de despesas e estrutura da carteira.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMABTP, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMABTP. Em 2013 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

2013	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		1.810.000	1.808.789	1.801.420	43.571
De outros emissores públicos					
De outros emissores		2.501.222	2.503.904	2.536.985	63.373
SUB-TOTAL		4.311.222	4.312.693	4.338.405	106.944
Títulos de rendimento variável					
Ações	2.000		11.045	11.180	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.587.168	2.674.068	
Outros					
SUB-TOTAL	685.800	-	2.598.213	2.685.248	-
TOTAL	685.800	4.311.222	6.910.906	7.023.653	106.944
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		65.245.000	66.415.587	70.497.070	1.403.714
De outros emissores públicos		28.220.000	28.611.557	29.343.428	209.811
De outros emissores		87.370.000	87.668.254	91.530.916	832.161
SUB-TOTAL		180.835.000	182.695.398	191.371.414	2.445.686
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	26.125		28.661.204	28.712.356	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

2013	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
Outros					
SUB-TOTAL	26.125	-	28.661.204	28.712.356	
TOTAL	26.125	180.835.000	211.356.602	220.083.770	2.445.686
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				649.985	
Depósitos a Prazo				933.162	206
SUB-TOTAL				1.583.147	206
TOTAL GERAL	711.925	185.146.222	218.267.508	228.690.570	2.552.836

(UNIDADE: EUROS)

2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	1.800.000	1.810.108	1.773.275	43.489
De outros emissores públicos					
De outros emissores	-	2.650.473,86	2.509.035	2.411.415	63.349
SUB-TOTAL	-	4.450.474	4.319.143	4.184.690	106.838
Títulos de rendimento variável					
Ações	455.654	-	191.375	154.922	-
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800	-	2.587.168	2.649.315	-
Outros	-	-	-	-	-

01
RELATÓRIO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO04
ANEXOSNOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

2012	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS CORRIDOS
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	2.804.237	-
TOTAL	1.139.454	4.450.474	7.097.685	6.988.927	106.838
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	77.255.000	78.621.968	83.937.062	1.608.331
De outros emissores públicos	-	38.534.668	39.000.330	39.889.776	200.563
De outros emissores	-	96.600.000	96.583.509	101.591.171	889.176
SUB-TOTAL	-	212.389.668	214.205.808	225.418.009	2.698.070
Títulos de rendimento variável					
Ações	-	-	-	-	-
Títulos de participação	-	-	-	-	-
Unidades de participação em fundos de investimento	23.547	-	10.804.308	10.826.380	-
Outros	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	23.547	-	10.804.308	10.826.380	-
TOTAL	23.547	212.389.668	225.010.116	236.244.389	2.698.070
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos	-	-	-	806.322	-
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.162	159
SUB-TOTAL	-	-	-	1.739.484	159
TOTAL GERAL	1.163.001	216.840.142	232.107.801	244.972.800	2.805.067

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro,

risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações. Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

• Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

CARTEIRA	ATIVOS	PROVISÕES	COBERTURA
Produtos Vida	211.796	192.272	110,15%
Uls	45.701	45.701	100,00%
Livres	3.467	n.a	
TOTAL	260.964	237.973	100,66%

Em dezembro de 2013 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 109,7% (2012:111,9%).

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(UNIDADE: EUROS)

RATING MÉDIO	2013	%	2012	%
AAA	62.362.312	27,0%	65.635.083	26,5%
AA	60.761.420	26,3%	87.275.631	35,2%
A	39.087.217	16,9%	39.068.359	15,8%
BBB	31.775.817	13,7%	30.951.271	12,5%
BB	2.778.358	1,2%	5.976.616	2,4%
B	7.384	0,0%	4.227	0,0%
NR	3.073.293	1,3%	5.236.063	2,1%
Instrumentos Representativos de Capital	31.397.605	13,6%	13.630.617	5,5%
Total	231.243.406	100,0%	247.777.867	100,0%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Durante o presente ano a crise da Dívida Soberana dos países europeus registou melhorias significativas. Apesar do pedido de ajuda da pequena economia cipriota, os prémios de risco dos países mais endividados diminuíram significativamente, tendo inclusive a Irlanda encerrado com sucesso o seu programa de ajuda. A qualidade da carteira de crédito continuou a ser elevada, uma vez que 60,1% da carteira possui notação de crédito igual ou superior AA (2012: 59,9%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 24,2 milhões de euros (2012: 28,8) o que corresponde a 10,6% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália:

5,5%; Espanha: 2,8%; Irlanda: 1,4%; Portugal: 0,8%. Durante o exercício não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida (2012: 399 mil euros)

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(UNIDADE: EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2013						
EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.798.972	1.791.500	(7.472)	4,3%	1	100
Grécia	2	7.384	7.381	0,0%	29	0
Irlanda	3.002.379	3.191.605	189.226	4,6%	2	102
Espanha	6.005.736	6.345.300	339.564	4,0%	4	100
Itália	11.960.162	12.405.715	445.553	4,2%	4	102
	22.767.251	23.741.504	974.252	4,2%	3	101

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2012

EMITENTE/CARTEIRA	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.810.108	1.773.275	(36.833)	4%	2	101
Grécia	1	4.227	4.226	0%	30	0
Irlanda	3.024.183	3.130.983	106.800	5%	3	103
Espanha	6.946.033	6.888.865	-57.168	4%	4	100
Itália	16.196.902	16.430.575	233.673	4%	4	102
	27.977.226	28.227.925	250.698	4%	4	101

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adotaram-se os seguintes critérios:

-Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;

ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;
- Resseguradoras
O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos. As duas principais resseguradoras da pool apresentam uma notação de rating A+ e AA-, segundo a Standard&Poor's.

RESSEGURADORA	ESTRUTURA	RATING S&P
TRATADOS PROPORCIONAIS		
Scor Global Life	25%	A+
Munich Re	20%	AA-
Nacional Re	15%	BBB-
Hannover Re	15%	AA-
Gen Re	10%	AA+
RGA Re	10%	AA-
Mapfre Re	5%	BBB+
TRATADO CATASTRÓFICO		
Scor Global Life	50%	A+
Hannover Re	50%	AA-

- Mediadores
No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento contínuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2013,

em linha com o que já se tinha registado no ano anterior, o número de mediadores com poderes de cobrança diminuiu. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento. De forma a minimizar o impacto a nível de resultados para as contas com saldo devedor é constituída uma provisão pela Direção Financeira. Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

- Tomadores de Seguro
Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco spread e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

MATURIDADES	2013	%	2012	%
< 1 ano	26.673.045	11,5%	46.684.028	18,8%
1 a 2 anos	77.842.275	33,7%	62.865.526	25,4%
3 a 5 anos	43.154.279	18,7%	56.358.544	22,7%
6 a 10 anos	41.340.715	17,9%	55.941.734	22,6%
> 10 anos	10.835.487	4,7%	12.297.418	5,0%
Instrumentos Representativos de Capital	31.397.605	13,6%	13.630.617	5,5%
Total Geral	231.243.406	100,0%	247.777.867	100,0%

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2014, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 29 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2013, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 3 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-flows em 2014

CASH-FLOWS DO ATIVO	32.899.874
Amortizações	27.406.880
Juros	5.492.994
CASH-FLOWS DO PASSIVO	(29.866.144)
Prémios (negócio existente)	18.961.919
Reembolsos	(43.553.297)
Outros CF negativos	(5.274.767)
Mismatch Cash-flows ativo / Passivo	3.033.730

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Assim, o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo foi otimizado, registando uma descida de 8,6 para 5,9 milhões de euros (2,8% dos ativos da companhia).

Ao longo do ano, o mercado de obrigações registou um movimento importante de normalização nos ativos de maior risco, que se traduziu num diminuição dos prémios de risco, mas também do denominado spread bid-offer¹. No entanto, a gestão continuou a considerar o investimento em ativos de baixo risco como uma peça importante da estratégia de investimentos. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 73,7 milhões de euros (2012: 87,4), representando 32% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 63% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França).

É ainda de referir que aproximadamente 79% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2012: 75%). Como já sucedeu em 2012, o investimento em fundos de tesouraria assumiu especial importância. A flexibilidade e liquidez deste instrumento, em conjunto com a decisão tática da gestão de ativos de proteger a carteira de activos de um movimento de subida de juros são um dos argumentos que justificam o aumento da exposição para 27,3 milhões de euros (2012: 9,3).

¹ O spread bid-offer corresponde à diferença de preço entre quem pretende vender e quem pretende comprar o ativo; Normalmente quanto maior é o risco de crédito do ativo, maior é este diferencial;

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre activos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de Contractos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2014 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

INTERVALO	RESPONSABILIDADES À DATA INCLUÍNDO CAPITALIZAÇÃO DAS TAXAS TÉCNICAS E PRÉMIOS FUTUROS	ATIVOS (V.NOMINAL E CUPÃO ACUMULADO)
< 1 ano	12.094.670	31.822.523
de 1 a 2 anos	8.205.319	7.281.054
de 3 a 5 anos	15.942.931	8.423.788
de 6 a 10 anos	13.295.258	3.921.288
Superior a 10 anos	8.289.314	684.242

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré definidos, permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de investimentos. Estão implementados os seguintes indicadores:

- “Net loss limit”: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2013, um valor de 26,23 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 14,27, o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,31 (2012: 2,27).

Ao longo do exercício de 2013 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência desta empresa de seguros. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Como objetivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus acionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de ativos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a atividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que

atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício. A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.

A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos. O ponto de partida é a carteira existente a 31 de Dezembro de 2013 e é composta em 83% por Obrigações e que com uma Duração Média Modificada de 2,62. Destaca-

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 12%.

Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2013 era de 15,1 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 231%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas. A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos. O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 231% para 306% com um incremento de

8,7 milhões de euros nos capitais próprios. Esta variação é explicada em 64% pela valorização da carteira de obrigações e em 35% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 13,3 milhões de euros e que se explica em 58% pelo valor dos ativos imobiliários e 42% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 116%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo reflectido:

Análise de Sensibilidade

(UNIDADE: EUROS)

RISCO	EXPOSIÇÃO A VALORES DE MERCADO	DURAÇÃO MODIFICADA	VARIACÕES			
			(+)	(-)		
			IMPACTO	IMPACTO		
Taxa de Juro	212.321.605	2,62	- 100 p.b	5.564.135	+ 100 p.b	(5.564.135)
Imobiliário	30.810.183		+10%	3.081.018	-25%	(7.702.546)
Ações	155.492		+10%	15.549	-30%	(46.648)
Impacto nos Capitais Próprios (*)				8.660.702		(13.313.328)
Margem de Solvência				306%		116%

(*) IMPACTO NOS CAPITAIS PRÓPRIOS, ASSUMINDO UMA VARIAÇÃO SIMULTÂNEA DOS DIFERENTES INDICADORES

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Em 2013 a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMABTP;
- Adoção da ferramenta utilizada pelo grupo para gerir este risco, tendo-se iniciado a respetiva parametrização e de forma a substituir no próximo ano o atual aplicativo Registo de Perdas;
- Continuidade da atualização dos processos e respetivas matrizes de risco operacional, identificando as atividades, riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, tendo-se identificado melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução, status, severidade e impacto dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta "Redmine". De forma a mitigar e ultrapassar as situações reportadas, efetuou-se um acompanhamento semanal às anomalias classificadas como graves e um relatório mensal detalhado sobre a evolução de todas as reportadas;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, implementado em 2012 e constituído pelo Comité

Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude. Neste âmbito destacam-se os seguintes trabalhos: interação com a Comissão Técnica Fraude da APS; realização de ações internas de sensibilização para o tema transversais à organização, bem como comunicações trimestrais sobre o tema através da intranet; desenvolvimento de modelos de prevenção e deteção tendo-se identificado novos controlos e alertas;

- Continuidade do projeto de atualização/ formalização do Plano de Continuidade de Negócio de forma integrada nas suas diversas vertentes, tendo sido constituída uma equipa específica para o mesmo e estando assente no nível de criticidade dos processos de negócio.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na área de Gestão de Riscos visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2013:

- Análise da legislação em vigor, de forma a mitigar o risco a área de compliance efetua uma monitorização mensal com as diversas áreas envolvidas, acompanhando a evolução dos procedimentos a desenvolver e implementar que assegurem respostas conformes e atempadas;

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Análise e resposta a questões relacionadas com a Conduta de Mercado;
- Desenvolvimento de um aplicativo que permite monitorizar a resposta a reportes legalmente exigidos por entidades externas. Este tem como objetivo mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Elaboração do relatório anual de compliance, relativamente às atividades desenvolvidas.

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Em 2013, os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 610.209. A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Caixa e Equivalentes	5.529	6.247
Depósitos à ordem	5.582.588	7.500.150
	5.588.117	7.506.397

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(UNIDADE: EUROS)

EDIFÍCIOS	ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
DE USO PRÓPRIO					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2012	269.410	243.050	(20.064)	87
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2012	152.931	203.000	(25.140)	67
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2012	288.999	300.000	(1.091)	52
Av. Alberto Sampaio 60 - Viseu	2012	389.122	316.000	15.331	56
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2012	331.976	319.000	5.816	62
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2012	362.297	371.300	(14.510)	97
DE RENDIMENTO					
Av. da Liberdade 200 - Lisboa	2012	25.769.867	25.173.908	171.526	98
TOTAL		27.564.602	26.926.258	131.868	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

TERRENOS E EDIFÍCIOS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES/ TRANSFERÊNCIA		ALIENAÇÕES/ TRANSFERÊNCIA		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUM.	REAVALIAÇÕES	AMORTIZAÇÕES			
USO PRÓPRIO							
Terrenos	656.009	-	-	-	-	-	656.009
Edifícios	1.096.341	(15.786)	-	-	-	(15.786)	1.064.769
SUB-TOTAL	1.752.350	(15.786)	-	-	-	(15.786)	1.720.778
RENDIMENTO							
Terrenos	7.300.433	-	-	-	-	-	7.300.433
Edifícios	17.873.475	-	-	-	-	-	17.873.475
SUB-TOTAL	25.173.908	-	-	-	-	-	25.173.908
TOTAL	26.926.258	(15.786)	-	-	-	(15.786)	26.894.686

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 3 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	15.626.460	(113.953)	15.512.507	5.972.512	(129.535)	5.842.977
Títulos de Dívida	28.067.657	4.181	28.071.838	49.165.919	131.905	49.297.823
Dívida Pública	71.059	(5.091)	65.968	(113.005)	191.989	78.984
De Outros Em. Públicos	10.387.738	(13.580)	10.374.158	21.425.782	(27.422)	21.398.360
De Outros Emissores	17.544.129	22.852	17.566.981	27.773.706	(32.663)	27.741.043
Juros a receber	64.731		64.731	79.436	-	79.436
TOTAL	43.694.117	(109.772)	43.584.345	55.138.431	2.370	55.140.800

Em 31 de Dezembro de 2013 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'. De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

SETORES	%	TOTAL	2013			%	TOTAL	2012		
			NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3			NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Bens Consumo, Cíclicas	7,1%	(3.103.257)	3.103.257			4,5%	2.499.460	2.499.460		
Bens Consumo, Não Cíclicas	0,0%	0	28.071.838			0,0%	0			
Industrial e Matérias Primas	5,1%	2.217.755	2.217.755			4,6%	2.541.326	2.541.326		
Utilities	5,7%	2.504.013	2.504.013			2,6%	1.436.989	1.436.989		
Energia	1,1%	497.224	497.224			0,0%	0			
Serviços	0,0%	11.180	11.180			0,0%	0			
Financeiro	21,6%	9.395.194	9.395.194			38,9%	21.424.917	21.424.917		
Dívida Soberana	23,8%	10.354.395	10.354.395			38,8%	21.395.132	21.395.132		
Fundo Ações	0,3%	144.312		144.312		0,3%	148.745		148.745	
Fundo Imobiliário	4,4%	1.901.725		1.901.725		3,4%	1.884.121		1.884.121	
Fundo Obrigações	30,9%	13.455.291		13.455.291		6,9%	3.810.111		3.810.111	
TOTAL GERAL	100%	43.584.346	28.083.018	15.501.328	0	100%	55.140.800	49.297.823	5.842.977	0

NOTA 4 – Ativos financeiros disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012				
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unid. Participação	16.351.492	(490.629)	24.234	15.885.097	8.497.591	(690.559)	(19.392)	7.787.640
Títulos de Dívida	161.484.700	-	8.705.911	170.190.611	172.004.588	-	11.105.196	183.109.784
Dívida Pública	68.163.498		4.069.024	72.232.522	80.358.824	-	5.272.529	85.631.353
De Outros Emissores Públicos	18.250.979		718.291	18.969.270	17.574.980	-	916.436	18.491.416
De Outros Emissores	72.582.324		3.918.596	76.500.920	71.345.312	-	4.916.231	76.261.543
Juros a receber	2.487.899			2.487.899	2.725.472	-	-	2.725.472
TOTAL	177.836.192	(490.629)	8.730.145	186.075.708	180.502.179	(690.559)		190.897.424

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Dos quais:

SETORES	%	TOTAL	2013				2012			
			NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	%	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3
Bens Consumo, Cíclicas	1,1%	2.102.295	2.102.295			0,5%	1.001.035	1.001.035		
Bens Consumo, Não Cíclicas	0,7%	1.245.899	1.245.899			0,0%	0			
Industrial e Matérias Primas	2,8%	5.162.198	5.162.198			2,1%	4.055.230	4.055.230		
Utilities	0,5%	1.001.530	1.001.530			0,0%	0			
Energia	0,2%	298.334	298.334			0,0%	0			
Financeiro	36,1%	67.208.967	67.208.967			37,7%	71.919.670	71.764.748		154.922
Dívida Soberana	50,1%	93.171.387	93.171.387			57,7%	106.288.770	106.288.770		
Fundo Imobiliário	1,1%	1.982.200		1.982.200		1,1%	2.131.841		2.131.841	
Fundo Obrigações	7,5%	13.902.897		13.902.897		2,9%	5.500.877		5.500.877	
TOTAL GERAL	100%	186.075.708	170.190.611	15.885.097	0	100%	190.897.424	183.109.784	7.632.718	154.922

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2013	2012
Outros depósitos – Depósitos a prazo	933.162	933.162
Juros a receber	206	159
Empréstimos concedidos	649.985	806.322
Empréstimos Hipotecários	-	-
Empréstimos sobre apólices	649.985	806.322
TOTAL	1.583.353	1.739.643

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 6 – Afetação Dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2013 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			NÃO AFETOS	TOTAL
	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO		
Caixa e equivalentes	838.745	2.650.238	2.099.134		5.588.117
Terrenos e Edifícios	25.492.908			1.433.350	26.926.258
Ativos financeiros detidos para negociação					0
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			43.584.345		43.584.345
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação			15.512.507		15.512.507
Títulos de Dívida			28.071.838		28.071.838
Ativos disponíveis para venda	144.213.4943	40.760.756		1.101.458	186.075.708
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	5.403.277	10.481.820			15.885.097
Títulos de Dívida	138.810.217	30.278.936		1.101.458	170.190.611
Empréstimos concedidos e contas a receber	632.003	0	17.982	933.368	1.583.353
Depósitos a Prazo				933.368	933.368
Empréstimos concedidos	632.003		17.982		649.985
TOTAL	171.177.150	43.410.994	45.701.461	3.468.176	263.757.781

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2012				
	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFETOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	6.737.171	1.424	767.803	-	7.506.398
Terrenos e Edifícios	25.492.908	-	-	1.433.350	26.926.258
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	55.140.800	-	55.140.800
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	5.842.977	-	5.842.977
Títulos de Dívida	-	-	49.297.823	-	49.297.823
Ativos disponíveis para venda	153.988.900	35.713.535	-	1.194.989	190.897.424
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	4.409.043	2.782.983	-	595.614	7.787.640
Títulos de Dívida	149.579.857	32.930.552	-	599.375	183.109.784
Empréstimos concedidos e contas a receber	785.639	-	20.682	933.321	1.739.642
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.321	933.321
Empréstimos concedidos	785.639	-	20.682	-	806.321
TOTAL	187.004.618	35.714.959	55.929.285	3.561.660	282.210.522

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 7 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	1.996.947	(1.933.654)				(30.422)	(33.729)	(33.729)	29.564
Máquinas e ferramentas	229.368	(207.304)				(4.213)	(10.145)	4.213	11.919
Equipamento informático	744.457	(717.869)	213.576		(806)	(6.300)	(58.982)	6.367	180.443
Instalações interiores	621.088	(483.698)				(15.795)	(27.184)	9.074	103.485
Outro Equipamento	1.045.787	(962.454)				(206.379)	(31.722)	206.379	51.611
SUB-TOTAL	4.637.647	(4.304.979)	213.576		(806)	(263.109)	(161.762)	256.455	377.022
Património Artístico	46.487		-						46.487
TOTAL	4.684.134	(4.304.979)	213.576	-	(806)	(263.109)	(161.762)	256.455	423.509

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 8 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

(UNIDADE: EUROS)

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES			REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	
Despesas de aplicações Informáticas	4.964.414	(4.664.358)	252.287		150.193		(264.860)	(67)	437.609
Ativos intangíveis em curso	108.632	(1.933.654)	176.004		(149.387)				135.249
Outros	34.916	(34.916)				(34.916)		34.916	-
TOTAL	5.107.962	(4.699.274)	428.291	-	806	(34.916)	(264.860)	34.849	572.858

**NOTA 9 – Outros devedores por operações de seguros
e outras operações**

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Tomadores de Seguros	1.813.527	1.349.712
Mediadores de Seguros	73.142	425.530
Imparidade	-226.049	-162.508
SUB-TOTAL	1.660.620	1.612.734
Resseguradores	604.387	279.085
SUB-TOTAL	604.387	279.085
Outros Devedores	2.170.976	2.835.370
Imparidade	-221.575	-221.575
SUB-TOTAL	1.949.401	2.613.795
TOTAL	4.214.408	4.505.614

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.338.862 (2012: Euros 1.750.232).

O montante registado em imparidade na rubrica Devedores por operações de seguro direto, diz respeito a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 348.644 (2012: Euros 328.031).

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 10 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011 são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Benefícios de pós emprego	857.803	884.417
Outros benefícios de longo prazo	(110.481)	(137.777)
	747.322	746.640

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2013 e 2012, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Responsabilidades por benefícios	356.424	350.778
Justo valor dos ativos do fundo	356.424	353.160
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	-	2.382

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafetação.

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 8.419.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	4	2.880 €	720 €	70

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	61.935	999.887	1.061.822
Justo valor dos ativos do fundo	923.530	885.615	1.809.145
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	861.595	(114.272)	747.323

(UNIDADE: EUROS)

	2012		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidades por benefícios	64.748	1.059.544	1.124.292
Justo valor dos ativos do fundo	933.866	937.066	1.870.932
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	869.118	(122.478)	746.640

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	64.748	1.059.544	1.124.292	57.711	1.028.855	1.086.566
Custo do serviço corrente	-	3.764	3.764	-	4.527	4.527
Custo de juros	2.176	35.611	37.787	1.403	30.667	32.070
(Ganhos) e perdas atuariais	(2.060)	(12.111)	(14.171)	38.073	51.254	89.327
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	(4.686)	(4.686)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(35.691)	(35.691)	-	-	-
Benefícios pagos	(2.929)	(51.230)	(54.159)	(2.783)	(51.073)	(53.856)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	(29.656)	-	(29.656)
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	61.935	999.887	1.061.822	64.748	1.059.544	1.124.292

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da ALICO. A responsabilidade ascende a Euros 301.334 (2012: Euros 334.981).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	FUNDO	OUTROS	TOTAL	FUNDO	OUTROS	TOTAL
Ativos do plano em 1 de Janeiro	933.866	937.066	1.870.932	57.711	969.462	1.027.173
Retorno esperado dos ativos	373	(8.996)	(8.623)	13.079	4.362	17.441
Ganhos e (perdas) atuariais	(7.780)	8.775	995	21.569	14.315	35.884
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(2.929)	(51.230)	(54.159)	(2.783)	(51.073)	(53.856)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	844.290	-	844.290
Ativos do plano em 31 de dezembro	923.530	885.615	1.809.145	933.866	937.066	1.870.932

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	3.764	3.764	-	4.527	4.527
Custo de juros	2.176	35.611	37.787	1.403	30.667	32.070
Retorno esperado dos ativos	(373)	8.996	8.623	(13.079)	(4.362)	(17.441)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(35.691)	(35.691)	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-4.686	-4.686
Total do custo do ano	1.803	12.680	14.483	(11.676)	26.146	14.470

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013		2012	
	%	Valor	%	Valor
Fundos de Investimento Imobiliários	1,63%	20.851	2,12%	27.285
Fundos de Investimento em ações	0,88%	11.299	1,22%	15.665
Ações	0,99%	12.734		
Fundos de Investimento em obrigações	10,49%	134.324	12,17%	156.597
Obrigações de Taxa Variável	6,50%	83.187	6,15%	79.109
Obrigações de Taxa Fixa	76,30%	976.586	75,16%	967.377
Mercado Monetário	3,20%	40.973	3,19%	40.993
Total	100%	1.279.954	100%	1.287.026

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 7.407.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Os ganhos e perdas atuariais em 2013 e 2012, são analisados como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios atuariais reconhecidos em reservas e, 1 de janeiro	(9.065)	(84.319)	(93.384)	7.439	(47.380)	(39.941)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	2.060	12.111	14.171	(38.073)	(51.254)	(89.327)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	(7.780)	8.775	995	21.569	14.315	35.884
Redução por alteração do CCT						-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	(14.785)	(63.433)	(78.218)	(9.065)	(84.319)	(93.384)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2013	2012
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,435%	3,361%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012	2011	2010	2009
Responsabilidades por benefícios	1.061.822	1.124.292	1.086.566	1.530.493	1.730.738
Justo valor dos ativos do fundo	1.809.145	1.870.932	1.027.173	2.234.021	2.184.423
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	747.323	746.640	(59.393)	703.528	453.685

NOTA 11 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Para o cálculo dos impostos diferidos, foi tido em consideração a alteração da taxa de imposto de 25% para 23%, que entra em vigor a 01.01.2014.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(UNIDADE: EUROS)

	ATIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos Financeiros	99.811	92.261	227.424	473.600	(127.613)	(381.339)
Benefícios a empregados	181.274	36.511	-	-	181.274	36.511
Provisões	277.527	336.521	-	-	277.527	336.521
Imóveis	28.035	67.221	(562)	(29.186)	43.133	13.947
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	586.647	495.616	231.180	477.663	355.467	17.953

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013			2012		
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos Financeiros	7.549	246.176	253.725	62.207	(685.606)	(623.398)
Benefícios a empregados	144.763	-	144.763	25.161	-	25.161
Provisões	(58.993)	-	(58.993)	25.421	-	25.421
Imóveis	(2.288)	306	(1.982)	(67.784)	67.221	(562)
Prejuízos fiscais	-	-	-	(212.217)	-	(212.217)
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	91.031	246.482	337.514	(167.211)	(618.384)	(785.596)

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer

entendimento.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é nulo.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2013 e 2012 é analisado como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Imposto corrente	(293.616)	(160.933)
Imposto diferido	91.031	(167.211)
Imposto Exercício	(202.585)	(328.144)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	(UNIDADE: EUROS)		
	2013	2012	VARIAÇÃO
Imposto corrente	(1.768.410)	(1.996.657)	228.247
Investimentos financeiros	(1.732.223)	(1.963.290)	231.067
Imóveis	(36.187)	(33.367)	(2.820)
Imposto diferido	(231.180)	(477.662)	246.482
Investimentos financeiros	(227.424)	(473.600)	246.176
Imóveis	(3.756)	(4.062)	306
Total imposto reconhecido reservas	(1.999.590)	(2.474.319)	474.729

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
RESULTADO ANTES IMPOSTO	498.696	442.370
Taxa Imposto	26,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imposto	(132.154)	(117.228)
Imposto Diferido Ativo - utilização	-	212.217
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(13.307)	(154.358)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	2.008	27.096
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	-	1.435
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(59.131)	(297.306)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(202.585)	(328.144)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 12 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisadas como segue:

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DE BALANÇO 2013	VALOR DE BALANÇO 2012
Provisões técnicas de seguro direto	192.272.110	2.557.216	189.714.894	196.237.178
Provisão matemática	174.619.350	2.481.331	172.138.019	177.214.981
Provisão para prémios não adquiridos	981.048	75.885	905.163	794.468
Provisão para sinistros	7.094.431		7.094.431	7.571.636
Provisão participação resultados	6.616.556		6.616.556	8.166.961
Provisão para compromissos taxa	2.960.725		2.960.725	2.489.132
Provisões técnicas de resseguro cedido	100.000		100.000	3.977
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	100.000		100.000	3.977

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO MATEMÁTICA	2013	2012
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	27.981	36.897
Carteira Nova		
Individual	101.267.122	109.494.991
VICTORIA Investimento Seguro	8.047.457	2.201.217
Rendas Individuais	271.434	253.199
Rendas Grupo	7.184.584	7.906.793

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO MATEMÁTICA	2013	2012
Grupo Tradicionais	4.229.217	4.515.929
VICTORIA Vantagem Investimento	25.402.508	27.385.100
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	439	617
Rendas Individual	1.836.183	1.719.934
Rendas Grupo	19.503.221	19.665.553
Risco		
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	4.367.873	4.034.751
TOTAL	172.138.019	177.214.981

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 4.367.873 (2012: Euros 4.034.751) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Seguros de Vida	460.967	930.788
Seguro ligados a Fundos de Investimento	2.499.758	1.558.344
TOTAL	2.960.725	2.489.132

O teste é efetuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados a uma taxa correspondente à duração modificada de cada portefólio. A taxa média utilizada foi de 3,3% que corresponde à duração média do portefólio total que era 5,9 (em 2012 a taxa média foi de 4 %).

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de rendas		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a	n.a
PPR Valorização		4%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		1,52%
PPR/E Acções Maximização		n.a
Confiança PPR		2,75%
Investimento Programado		2,5%
Investimento seguro		3%
Garantia Rendimento		1,52%

Seguro de Grupo

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
Seguros de rendas		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
Seguros de capitais		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Mistos	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a	n.a
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efetuados ajustamentos aos pressupostos atuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM e 110% DAV94, conforme relatório do atuário responsável.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 566.216 (2012: Euros 555.241), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2013 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2013 é analisado como segue:

(UNIDADE: EUROS)

PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2012	MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (1)	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12-2013 (1)	REAJUSTAMENTOS A PROVISÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
7.571.636	2.991.323	4.204.755	375.558

(1) REFERENTES A SINISTROS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES)

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2013, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

Para o exercício de 2013, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR	RESERVA REAVALIAÇÃO POR AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	% A ATRIBUIR	(UNIDADE: EUROS)	
			SALDO INICIAL	SALDO FINAL
Carteira Antiga	1.409	5%		70
Carteira Nova				
Individual	5.677.860	23%		1.305.9089
Rendas Individual	18.155	0%		
Rendas Individual (novas bases técnicas)	4.162	0%		
Rendas Grupo	303.825	0%		
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	313.256	0%		
Grupo Tradicionais	212.920	0%		0
VICTORIA Vantagem Investimento	1.447.637	0%		
TOTAL	7.979.224			1.305.978

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2010 a 2012).

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2013, é a seguinte:

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA	DISTRIBUÍDA				SALDO FINAL
	SALDO INICIAL	ATRIBUÍDA	PAGAMENTOS	AUMENTO BENEFÍCIOS	
Carteira Antiga	49.933	450	2.967	-	47.416
Carteira Nova					
Individual	2.482.613	322.667	762.836	49.821	
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	3.293.222		2.200.273	0	2.941.596
VICTORIA Vantagem Investimento	138.935	66.840	6.719	130.951	68.105
TOTAL	6.225.541	2.238.604	2.972.795	180.772	5.310.578

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 13 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento. Os movimentos ocorridos são os seguintes:

	(UNIDADE: EUROS)		
	COM RISCO INVESTIMENTO	SEM RISCO INVESTIMENTO	TOTAL
Valor inicial	55.530.219	394.187	55.924.406
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.763.947	16.669	1.780.616
Montantes pagos	13.428.642	47.063	13.475.705
Rendimento (gastos)	2.120.435	32.000	2.152.435
Encargos de Gestão	670.617	9.674	680.291
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	-	-	-
Valor final	45.315.342	386.119	45.701.461

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

NOTA 14 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Tomadores de Seguros	2.869.501	2.820.100
Mediadores de Seguros	80.498	70.614
Co-Seguros	11.628	8.771
Sub-total	2.961.627	2.899.485
Resseguradores	384	73.312
Outros Credores	1.367.340	434.180
TOTAL	4.329.351	3.406.977

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.620.009 (2012: Euros 2.584.100) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 327.545, e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 15 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

- Acréscimos e diferimentos no Ativo

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Outros acréscimos e diferimentos	27.618	-
TOTAL	27.618	-

- Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Férias e subsídio de férias	535.968	427.439
Outros encargos com pessoal	646.539	-
Incentivos comerciais	470.064	571.841
Rendas e alugueres	233.705	229.228
Outros acréscimos e diferimentos	511.539	308.175
TOTAL	2.397.815	1.536.683

NOTA 16 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros

5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de Junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2013, as seguintes alterações:

	(UNIDADE: EUROS)			
	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES/ DESVALORIZA- ÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De Justo Valor de Ativos Financeiros	11.085.804	(2.442.497)	86.838	8.730.145
Instrumentos de capital e Unid. Participação	(19.392)	8.427	35.199	24.234
Títulos de Dívida	11.105.196	(2.450.924)	51.639	8.705.911
Dívida Pública	5.272.529	(790.738)	(412.767)	4.069.024
De Outros Emissores Públicos	916.436	(198.074)	(71)	718.291
De Outros Emissores	4.916.231	(1.462.112)	464.477	3.918.596
Terrenos e Edifícios	192.673	-	-	192.673
TOTAL	11.278.477	(2.442.497)	86.838	8.922.818
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(1.941.421)	635.442		(1.305.979)
TOTAL	9.337.056	(1.807.055)	86.838	7.616.839

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 17 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 18 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. No decurso de 2013, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(UNIDADE: EUROS)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL SGPS, SA	VICTORIA- SEGUROS, S.A	SMAVIE BTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido			
TOTAL DOS PROVEITOS	-	-	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg			
Custos com sinistros			
Varição Provisões Técnicas			
Outros Gastos Gerais e Administrativos	363.567		170.676
TOTAL DOS CUSTOS	363.567	0	170.676
Líquido Proveitos/ (Custos) 2013	(363.567)	0	(170.676)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2012	(172.078)	0	(58.289)

(UNIDADE: EUROS)

BALANÇO	VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL SGPS, SA	VICTORIA- SEGUROS, S.A	SMAVIE BTP
ATIVO			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido			
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.338.862		946
TOTAL DO ATIVO	1.338.862	-	946
PASSIVO			
Passivos Subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros Credores por operações de seguro e outras		327.545	
TOTAL DO PASSIVO	-	327.545	-
Líquido Ativo/ (Passivo) 2013	1.338.862	(327.545)	946
Líquido Ativo/ (Passivo) 2012	1.750.232	(71.753)	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere à entidade SMAvie BTP, esta desenvolve a atividade de front office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

• **Compromissos com locação operacional**

Em 31 de Dezembro de 2013, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

(UNIDADE: EUROS)	
COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2014	103.102
2015	56.022
2016	4.245
TOTAL	163.370

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são analisadas como segue:

(UNIDADE: EUROS)		
NATUREZA DA GARANTIA	2013	2012
Avais, fianças e outras garantias de crédito		
Direção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	5.756	-
TOTAL	288.330	282.574

• **Fundos de Pensões**

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 25.265.078 (2012: Euros 30.383.037), dos quais Euros 2.686.271 (2012: Euros 2.880.973) têm taxa garantida.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

VI – NOTAS À CONTA DE GANHOS E
PERDAS

NOTA 20 – Prémios de contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

	(UNIDADE: EUROS)	
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRETO	2013	2012
Relativos a contratos individuais	28.195.7485	24.359.015
Relativos a contratos de grupo	10.210.539	10.461.493
	38.406.287	34.820.508
Periódicos	21.907.620	23.522.840
Não Periódicos	16.498.667	11.927.668
	38.406.287	34.820.508
De contratos sem participação nos resultados	3.830.088	5.536.533
De contratos com participação nos resultados	34.576.199	29.283.975
	38.406.287	34.820.508
Saldo de resseguro	(520.530)	(417.166)

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Encargos de subscrição	19.313	25.627
Comissão de gestão	683.498	793.619
	702.811	819.246

NOTA 22 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Terrenos e Edifícios	1.902.375	2.037.927
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	241.567	542.314
Instrumentos de Capital e Unid Participação	419	717
Títulos de Dívida	241.148	541.597
Ativos disponíveis para venda	5.009.437	5.797.326
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-
Títulos de Dívida	5.009.437	5.797.326
Empréstimos concedidos e contas a receber	25.512	59.092
Depósitos	3.688	32.283
Empréstimos concedidos	21.824	26.809
TOTAL	7.178.891	8.436.659

Não existem de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 23 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 24 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos ativos disponíveis para venda e é analisada como segue:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	34.921	34.921
Títulos de dívida	(101.672)	(101.672)
SUB-TOTAL	(66.751)	(66.751)
Terrenos e Edifícios	(59.405)	(59.405)
	1.042.967	(126.156)

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

A movimentação ao nível dos ativos financeiros é como segue:

	(UNIDADE: EUROS)			
	2013		2012	
	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR
Ativos financeiros detidos para negociação				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados				
Instrumentos de Capital e Unid Participação	23.099	52.857	43.907	(129.535)
Títulos de Dívida	(3.505)	(2.336)	(27.426)	131.905
TOTAL	19.594	50.521	16.481	2.370

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Gastos em passivos	(2.234.065)	(2.827.016)
Ganhos em passivos	81.630	8.176
TOTAL	(2.152.435)	(2.818.840)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos activos financeiros afectos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 26 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 4.

As imparidades registadas em 2013 no montante de Euros 207.461 (2012: Euros 399.630) respeitam a ativos, classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários.

NOTA 27 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012		2013	2012
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro		-	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	236.119	120.496	Por gestão Fundos de Pensões	171.513	171.051
Por outros	25	816	Por outros	42.096	62.511
SUB-TOTAL	236.144	121.312	SUB-TOTAL	213.609	233.562
TOTAL	(22.535)	112.250			

NOTA 28 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(UNIDADE: EUROS)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras provisões	1.085.439	-	230.135	99.446	755.858

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012		2013	2012
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	20	5.871	Restituição impostos	62.219	
Quotizações diversas e donativos			Outros rendimentos e ganhos	132.754	3.359
Outros gastos e perdas	63.714	170.202			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	511	3.329	Juros obtidos	1.388	194
Outros gastos e perdas	21.465	21.957	Outros rendimentos e ganhos	5	
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	63.541	26.859	De recibos por cobrar		
De créditos de cobrança duvidosa			De créditos de cobrança duvidosa		
Perdas em Ativos Tangíveis	6.721		Outros	30.278	244.545
SUB-TOTAL	155.972	228.218	SUB-TOTAL	226.644	248.098
TOTAL	70.672	19.880			

NOTA 30 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(UNIDADE: EUROS)

	2013	2012
Despesas com Pessoal	4.785.531	4.495.599
Fornecimento e Serviços Externos	3.302.426	3.736.987
Impostos e Taxas	70.666	155.823
Amortizações do Exercício	442.408	450.548
Juros Suportados	-	-
Comissões	252.622	144.834
TOTAL	8.853.653	8.983.791

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

- Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 36.000 Euros
- Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 24.200 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(UNIDADE: EUROS)

	2013		2012	
	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO	CONTRATOS DE SEGURO	CONTRATOS DE INVESTIMENTO
Custos com sinistros	359.733		550.203	
Custos de exploração	7.361.548	478.224	6.751.354	502.378
Custos de aquisição	1.947.174	126.493	1.549.095	115.270
Custos administrativos	5.414.374	351.731	5.202.259	387.108
Custos com investimentos	377.511	24.524	279.750	20.817
Custos Gestão Fundos de Pensões	252.133		879.289	
TOTAL	8.350.905	502.748	8.460.596	523.195

NOTA 31 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de

Administração, ao seu serviço em média 77 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2013	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2012
Quadros superiores	13	14
Quadros médios	7	8
Profissionais altamente qualificados	15	16
Profissionais qualificados	42	43
Profissionais semi-qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
TOTAL	77	81

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são analisados como segue:

RUBRICAS	(UNIDADE: EUROS)	
	2013	2012
Remunerações		
dos órgãos sociais	-	-
do pessoal	2.852.385	3.142.482
Encargos sobre remunerações	679.946	766.025
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	8.419	4.418
Planos de benefício definido	1.803	(11.676)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	12.680	26.146
Benefícios de cessação de emprego	1.081.413	378.007
Seguros obrigatórios	68.814	74.124
Gastos de ação social	41.903	44.714
Outros gastos com pessoal	38.168	71.359
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	4.785.531	4.495.599

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento,

direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	(UNIDADE: EUROS)	
		VIDA	SEGUROS
Conselho de Administração	2	-	325.525
Executivo			
Diretores	9	420.399	596.286
Responsáveis	14	134.836	754.354
TOTAL	25	555.235	1.676.165

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos,

normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA VIDA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

**IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS
CONTABILÍSTICAS**

Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, e as normas recentemente emitidas mas cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na Nota 32. Estas Normas serão adotadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Nota 32 - Novas Normas e Interpretações

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

Nota 32.1 - Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa/grupo.

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Emissão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser

mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido. O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.

A norma deve ser aplicada prospectivamente.

Da aplicação desta norma resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao nível das divulgações.

NOTA 32.3 - Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da empresa/grupo

IFRS 7 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

A emenda deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Emenda)

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a

entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2014

- os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido

A norma revista deve ser aplicada retrospectivamente.

Da aplicação desta alteração à norma não resultaram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 32.3 - Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2013 e que a empresa/grupo não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

De acordo com o endosso, as emendas a esta norma são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

01 RELATÓRIO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04 ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento Integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo

justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral.

Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado,

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as Demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a

possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo.

01

RELATÓRIO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

04

ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
TOTAL										
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O.T. JUNHO TF 08/18		100.000	94,93		94.932	98	97.690	2.402	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,28		198.570	88	175.210	5.485	3,850%
PTOTE1OE0019	O.T. JUNHO TF 03/14		1.500.000	100,36		1.505.470	101	1.518.600	35.599	4,375%
PTOTELOE0010	O.T. OUT TF 07/17		7.000	98,10		6.867	99	6.919	64	4,350%
PTOTE3OE0017	O.T. OUT TF 10/15		3.000	98,32		2.950	100	3.001	21	3,350%
	SUB-TOTAL		1.810.000			1.808.789		1.801.420	43.571	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	SUB-TOTAL		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	-
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	-
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,13		1.001.324	102	39.240	39.365	4,250%
PTCGGFOM0015	CAIXA GERAL DEPÓSITOS TF 09/14		1.500.000	100,17		1.502.580	101	1.513.785	24.133	3,625%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	-

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	98,65		1.667.111	107	1.809.906	14.145	3,250%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,93		2.967.937	105	3.151.950	104.318	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,26		3.037.799	106	3.193.350	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	103,67		311.022	108	322.695	5.622	4,500%
DE0001141547	BUNDES OBLIGATION TF 09/14		3.300.000	100,56		3.318.619	101	3.317.985	53.704	2,250%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,19		981.943	106	1.060.450	7.274	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,54		304.608	107	322.005	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	131,03		1.048.276	139	1.112.800	49.452	6,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	100,73		1.309.453	103	1.345.175	23.008	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	101,17		1.618.704	104	1.661.200	24.986	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	101,74		1.119.151	105	1.157.200	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	101,93		305.782	106	318.165	4.997	4,000%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	69,99		193.974	102	204.530	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	103,62		5.180.962	108	5.400.750	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	103,55		207.098	108	216.820	3.748	4,500%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,27		200.546	103	205.080	247	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,90		1.513.470	105	1.574.100	19.726	4,000%
FI0001005407	FINNISH GOVERNMENT TF 02/13		3.050.000	101,27		3.088.739	103	3.128.538	80.846	5,375%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	110,36		662.154	111	668.010	6.752	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	106,83		961.452	112	1.007.865	22.438	3,500%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	98,67		3.058.848	105	3.253.450	17.071	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	97,89		978.871	107	1.066.000	22.171	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,32		2.330.275	113	2.599.115	58.839	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	103,27		1.032.674	113	1.126.100	27.288	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,21		607.255	112	669.180	14.326	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	141,16		705.816	152	759.650	28.993	8,500%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,56		2.986.891	104	3.127.950	71.630	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	111,40		2.339.418	116	2.430.540	16.383	4,250%
FR0116114978	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/14		400.000	100,03		400.140	100	400.100	9.617	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		2	1	7.384	-	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	101,78		3.002.379	108	3.191.605	95.548	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	109,88		549.387	118	589.600	14.743	4,375%
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 04/14		1.325.000	101,01		1.338.382	102	1.349.513	23.006	3,750%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,50		2.914.364	109	3.161.580	53.710	4,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	108,51		6.727.842	113	7.035.450	222.945	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	103,31		309.942	112	336.285	4.862	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	103,20		309.613	110	330.450	4.514	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,35		993.468	114	1.143.690	42.781	4,500%
AT0000A0CL73	REP OF AUSTRIA TF 09/14		400.000	101,40		405.594	102	409.980	2.646	3,400%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,05		400.182	114	457.140	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,67		2.491.758	112	2.789.000	25.411	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,81		998.137	109	1.094.950	11.616	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	101,63		4.573.228	112	5.062.275	113.850	3,650%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL		
NL0009348242	NETHERLANDS GOVTF 10/20		50.000	102,12		51.060	112	56.047	810	3,500%
	SUB-TOTAL		65.245.000			66.415.587		70.497.070	1.403.714	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	102,62		304.855	104	312.885	7.419	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	102,09		306.276	107	321.465	7.419	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,98		2.574.547	112	2.811.625	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	103,77		1.037.695	115	1.153.200	28.993	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	105,79		952.139	117	1.049.445	7.228	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,05		1.099.426	99	1.095.959	14.084	2,375%
EU000A1G0AG3	EFSF TF 12/14		150.000	100,00		150.000	100	150.150	1.208	1,000%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	103,39		310.172	111	333.630	9.082	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,91		1.698.509	100	1.700.476	1.196	0,305%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	99,94		999.401	100	1.004.350	35.486	4,125%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	103,54		207.082	113	226.060	7.149	4,250%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL		
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/16		1.700.000	99,97		1.699.466	100	1.702.907	775	0,328%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/18		1.200.000	99,89		1.198.634	100	1.202.724	968	0,377%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,91		1.598.504	101	1.613.872	471	0,707%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	108,57		2.714.262	116	2.890.775	63.228	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	100,00		1.400.011	100	1.399.748	477	1,023%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	100	2.198.262	888	0,255%
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	102	20.472	231	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	104	93.487	557	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.400.392	985	0,305%
DE000NRW2ZN2	LAND NORDRHEIN 10/14		3.250.000	100,43		3.263.813	100	3.250.130	2.866	0,407%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/16		1.400.000	99,96		1.399.440	100	1.402.394	638	0,328%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN- WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	100	1.302.951	1.048	0,377%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	101	706.069	206	0,707%
	SUB-TOTAL		28.220.000			28.611.557		29.343.428	209.811	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
FR0011521103	IR LIQUIDE FINANCE 13/16		1.000.000	100,00		1.000.041	100	998.330	187	0,482%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	98,75		3.061.177	105	3.254.380	20.437	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	98,46		2.953.734	103	3.097.650	24.144	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,04		1.600.697	109	1.744.720	46.816	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,63		199.258	120	239.680	5.284	4,750%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000	99,71		398.840	100	398.348	3.403	1,500%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,05		15.005.761	111	16.720.500	159.375	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,58		4.023.097	100	4.003.400	1.933	0,348%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000	100,00		200.000	101	202.388	455	1,077%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	105,57		2.111.481	114	2.272.000	56.466	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	102,97		208.896	116	318.645	7.379	4,750%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,49		3.250.189	111	3.677.322	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	105,09		315.266	119	357.330	8.735	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	99,95		1.599.246	100	1.601.824	2.174	0,627%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,96		99.958	99	99.497	119	1,223%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		2.000.000	100,00		1.999.994	100	1.999.920	1.747	0,425%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		1.100.000	100,00		1.100.006	100	1.099.725	1.145	0,457%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,98		2.999.342	101	3.017.250	93.637	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	102,09		4.594.245	113	5.073.975	26.630	4,500%
FR0011637586	ELECTRICINE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,56		398.255	99	396.340	838	2,250%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	104,29		1.564.425	109	1.634.325	6.370	3,875%
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	100,21		3.808.001	103	3.898.610	43.804	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		500.000	99,96		499.779	100	500.280	7	0,493%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,38		2.911.096	103	2.975.835	69.223	4,250%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		200.000	99,36		198.721	99	198.904	1.274	3,750%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	100,19		3.907.343	102	3.977.805	81.740	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,40		307.214	112	336.870	5.178	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,41		502.030	107	532.825	7.706	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	101,76		305.293	113	339.105	10.956	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,71		1.944.398	100	1.954.231	398	0,355%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,85		998.543	101	1.005.310	2.767	1,000%
XS0970078704	RABOBANK NEDERLAND 13/14		1.000.000	100,00		1.000.008	100	1.000.120	197	0,355%
XS0920369799	RABOBANK NEDERLAND 13/15		1.000.000	99,96		999.606	100	1.000.560	824	0,424%
XS02993496815	RENTOKIL INITIAL PLC TF 07/14		500.000	100,91		504.573	101	504.055	17.676	4,625%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,20		396.799	100	400.708	3.466	2,875%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	101,70		813.609	114	915.080	28.841	4,125%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A. TF 13/25		300.000	99,33		297.996	99	297.342	992	2,875%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,93		699.501	102	717.206	6.926	4,125%
FR0011471010	VINCI S.A.		200.000	100,00		200.002	101	201.270	331	0,805%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.000.000	100,00		1.000.001	100	1.000.270	1.155	0,507%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	101	2.2212.738	4.400	1,125%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	100	697.109	5.955	1,500%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.100.000	99,94		1.099.329	100	1.100.407	444	0,427%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100	1.101.254	1.494	0,627%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	99	169.145	202	1,223%
XS0983853986	CREDIT SUISSE LONDON 13/15		1.100.000	100,00		1.100.000	100	1.099.956	961	0,425%
DE000A1R07L4	DAIMLER AG 13/15		700.000	100,00		700.000	100	699.825	729	0,457%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		1.350.000	104,95		1.416.825	102	1.375.542	25.465	4,250%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	99	495.425	1.048	2,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		100.000	99,90		99.899	100	100.056	1	0,493%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	99	497.260	3.185	3,750%

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		TAXA DE JURO	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL		JUROS ACRUADOS
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		500.000	100,00		499.990	100	501.310	330	0,720%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	100	2.555.533	503	0,355%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	101	2.010.620	5.534	1,000%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		250.000	99,20		248.000	100	249.900	111	0,207%
XS0970078704	RABOBANK NEDERLAND 13/14		600.000	100,00		600.000	100	600.072	118	0,355%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000	99,69		99.691	104	103.638	2.450	3,375%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A. TF 13/25		500.000	99,33		496.655	99	495.570	1.654	2,875%
FR0011471010	VINCI S.A.		200.000	100,00		200.000	101	201.270	331	0,805%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.300.000	100,00		1.300.000	100	1.300.351	1.501	0,507%
	SUB-TOTAL		87.370.000			87.668.254		191.530.916	832.161	
	SUB-TOTAL		180.835.000			182.695.398		191.371.414	2.445.686	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	280				13.481	3.774.546	13.489	3.776.895	

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO		JURO ACRUADOS	TAXA DE JURO
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	346			10.928	3.781.213	10.938	3.784.676		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	55			57.119	3.141.566	57.146	3.143.030		
FR0000291239	CPR CASH - P	142			22.505	3.195.730	22.523	3.198.296		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	16.470			73	1.209.363	73	1.209.857		
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600			14	22.544	15	23.712		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	33	12.942		
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	111	6.305		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	600			30	18.120	31	18.642		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	2.675			24	63.528	31	82.711		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	62			13.475	835.435	13.489	836.312		
FR0010092528	BNPP - MONEY PRIME EURO C	1.979			1.191	2.356.707	1.191	2.357.236		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	379			2.281	1.685.349	2.283	1.686.782		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	198			10.927	2.163.504	10.938	2.165.797		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	125			113	14.125	121	15.148		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	9			57.105	513.941	57.146	514.314		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(CONT.)

(UNIDADE: EUROS)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS ACRUADOS	TAXA DE JURO
FR0000293698	BTP TRESORERIE	265			10.778	2.856.130	10.789	2.859.109		
FR0000291239	CPR CASH - P	94			22.500	2.114.960	222.523	2.117.182		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1			107.706	107.706	107.956	107.956		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	39			20.368	794.342	20.396	795.454		
	SUB-TOTAL	26.125				28.661.204		28.712.356		
	2.2.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL					-		-		
	TOTAL	26.125	180.835.000			211.356.602		220.083.770	2.445.686	
	3 - TOTAL GERAL	711.925	185.146.222			218.267.508		227.107.423	2.552.630	

03

**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2013**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-0º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com



2

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 270.883.504 Euros e um total de capital próprio de 27.195.526 Euros, incluindo um resultado líquido de 296.111 Euros), as Demonstrações dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 525 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

Gap

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 21 de Março de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2013

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

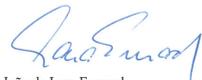
Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;
- c) A gestão da Sociedade exercida em 2013 pelo Conselho de Administração.

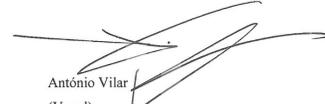
Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 24 de Março de 2014

O Conselho Fiscal


João de Lara Everard
(Presidente)


Santiago Gil de Biedma
(Vogal)


António Vilar
(Vogal)



04

ANEXOS

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2013**

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2013	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2014	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. Desconto no prémio
Capital adicional				
F1 e F4	1% X anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% X anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. Aumento do capital seguro
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,25%	0,25%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,0%	1,0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	1,0%	n.a.	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0,25% x anos do contrato (max. 18%)	0,22% x anos do contrato (max. 18%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. Aumento do capital seguro
Nova Geração – Morte	100%	100%		

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

(CONT.)

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2013	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2014	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte Aumento do capital ou renda segura
Desconto no Prémio Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. Desconto no prémio

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA EM 2013	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR EM 2014	BASE DE INCIDÊNCIA	DISTRIBUIÇÃO
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido(G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0.5%	0,25%	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. Desconto no prémio

01
RELATÓRIO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

04
ANEXOS

ANEXO II - RENTABILIDADES BRUTAS DE PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

PRODUTO	SITUAÇÃO DA CARTEIRA	TIPO DE TAXA GARANTIDA	TAXA GARANTIDA 2013	TAXA RENTABILIDADE BRUTA 2013
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%	0,55%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%	0,51%
VICTORIA Garantia Rendimento	Aberta	Indexada à Euribor	0,42%	1,01%
PPR Garantia Valor	Aberta	Indexada à Euribor	0,42%	0,52%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%	0,56%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%	0,49%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	2,25%	2,26%
PPR Acções Maximização	Aberta	Sem garantia	-	5,9%

**VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.**

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200
1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

www.victoria-seguros.pt